

estágios e cursos de multiplicadores. Progressivamente, deverá ocorrer a integração dos recursos, planejamento e operações da PM e Polícia Civil da área comum de atuação. Serão necessários alguns anos para que os resultados possam ser efetivamente avaliados e adotadas as mudanças necessárias. Desde já, devem ser monitorados os efeitos que o policiamento comunitário possa estar produzindo a) onde está sendo aplicado e b) entre os policiais que atuam nessas áreas. Esse monitoramento deve ser feito em diversos níveis: avaliação das estatísticas de criminalidade, pesquisas sobre a funcionalidade da polícia local, pesquisas de opinião sobre imagem da polícia local, e pesquisa interna com os policiais envolvidos. Na avaliação, serão selecionados quatro bairros de perfis socioeconômicos semelhantes: dois bairros violentos e dois pacíficos. Dois bairros terão passado pela experiência de policiamento comunitário e os demais serão utilizados como grupos de controle. No que se refere ao público interno, serão selecionados dois grupos, um dos quais terá participado do policiamento comunitário. As hipóteses com que trabalhamos são as de que, nas áreas cobertas pelo projeto-piloto, os índices de criminalidade são menores do que nas áreas com policiamento tradicional, assim como o sentimento subjetivo de insegurança; a satisfação com a polícia é maior, e a imagem da polícia, melhor; o policial tem atitudes mais positivas em relação a comunidade e melhor autoestima.

278 Ocorrência de casos de violência doméstica e sexual nos serviços de saúde em São Paulo e desenvolvimento de tecnologia de atendimento para programas de saúde da mulher

Lília Blima Schraiber
Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14070-9
Vigência: 1/11/1999 a 31/1/2003

Investigaremos a ocorrência de casos de violência doméstica e sexual entre usuárias de serviços de saúde (UBS e PS) que são portas de entrada da rede pública em São Paulo. Serão estudados os casos e o grau de acolhimento dos serviços, pesquisando-se, para mulheres de 15 a 49 anos, a frequência e a caracterização dos episódios de violência, o padrão de uso dos serviços e queixas, diagnósticos e resoluções dadas. Parte-se da hipótese, sustentada pela literatura internacional, de que mulheres em situação de violência criam padrão de uso repetitivo dos serviços e apresentam demandas recorrentes, de difícil resolução, ainda que sejam diagnósticos de nível primário. Tal literatura mostra a alta prevalência dessas situações e os altos custos envolvidos com a baixa resolutividade dos serviços. Não havendo dados para o Brasil, este projeto é

pioneiro, e tomará por base protocolo e instrumentos para investigações deste tipo a partir do questionário americano Abuse Assessment Screening e de dados de pesquisa similar por nós realizada em estudo de caso, além de nossa experiência de organização e avaliação de programas de saúde. A investigação centra-se nos serviços (amostra de usuárias por serviço), com a aplicação de entrevistas, auditoria de prontuários e grupos focais com profissionais. Com base nos resultados e como subsídio à política de saúde e programas de atenção integral à mulher, viabiliza-se ulterior formulação e avaliação de programas assistenciais e de tecnologia de cuidados apropriada, no sentido de constituir um primeiro atendimento no trato da violência e conectado à rede especializada por referenciamento. Nessa fase, a Secretaria da Saúde do Estado auxiliará na seleção das unidades e critérios amostrais, bem como na adaptação dos instrumentos, participando de treinamentos da equipe de campo e de sua supervisão, sendo habilitada para inquérito epidemiológico, auditoria de prontuários e realização de grupos focais.

279 Gestão das políticas públicas de emprego e renda no Estado de São Paulo

Márcio Pochmann
Instituto de Economia
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 1998/14065-5
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

O projeto visa desenvolver capacidade analítica e gerencial sobre as ações de emprego e renda no estado. A parceria que ora se estabelece visa colocar o conhecimento da universidade a serviço do órgão estadual, a Sert, encarregado de tratar do tema. As políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho no Brasil caracterizam-se pela desarticulação desde sua origem, e este é um dos principais motivos de sua baixa eficácia. No Estado de São Paulo, um processo intenso de reestruturação produtiva tem ocorrido, provocando a elevação das taxas de desemprego e a necessidade de reconversão profissional, dado que muitos setores estão se modernizando ou migrando para outras regiões. Além do que, demandam-se novos perfis profissionais, diferentes dos vigentes até bem pouco tempo. Isso tem exigido ações do poder público no que se refere às políticas públicas: emprego, renda e formação profissional. No entanto, não há tradição nem do próprio estado e nem da sociedade em focar estas ações. Assim, pretendem-se produzir diagnósticos que identifiquem quais são as demandas por emprego e renda e formação profissional, permitindo, com isso, focar os programas nas clientelas-alvo dos programas a cargo da Sert, no sentido de tornar mais eficazes as políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho no Estado de São Paulo.